



Número: **0601782-57.2018.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Corregedor Geral Eleitoral Ministro Luis Felipe Salomão**

Última distribuição : **20/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Presidente da República, Cargo - Vice-Presidente da República, Abuso - De Poder Econômico, Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO (PDT/AVANTE) (AUTOR)	WALBER DE MOURA AGRA (ADVOGADO) DANIEL ALBUQUERQUE DE ABREU (ADVOGADO)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (REPRESENTADO)	KARINA DE PAULA KUFA (ADVOGADO)
ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURAO (REPRESENTADO)	GUSTAVO LUIZ SIMOES (ADVOGADO) KARINA DE PAULA KUFA (ADVOGADO) KARINA RODRIGUES FIDELIX DA CRUZ (ADVOGADO)
LUCIANO HANG (REPRESENTADO)	ISABELLA DE OLIVEIRA BABY (ADVOGADO) MONIQUE CRISTHIE DE MOURA (ADVOGADO) CECILIA PIMENTEL MONTEIRO (ADVOGADO) FRANCO RANGEL DE ABREU E SILVA (ADVOGADO) MARCELO RIBEIRO SOUZA SAMPAIO (ADVOGADO) ALISSON LUIZ NICHEL (ADVOGADO) VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL (ADVOGADO) MURILO VARASQUIM (ADVOGADO)
FLAVIA ALVES (REPRESENTADO)	JANAINA NICOLAU DE ANDRADE (ADVOGADO) JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR (ADVOGADO)
LINDOLFO ANTONIO ALVES NETO (REPRESENTADO)	JANAINA NICOLAU DE ANDRADE (ADVOGADO) JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR (ADVOGADO)
ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES (REPRESENTADO)	RAUA MOURA MELO SILVA (ADVOGADO) AMANDA CORREA FERNANDES (ADVOGADO) FLAVIO ROBERTO SILVA (ADVOGADO) GABRIEL MASSOTE PEREIRA (ADVOGADO) RAFAEL TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) RODRIGO RIBEIRO PEREIRA (ADVOGADO)
JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS (REPRESENTADO)	RAUA MOURA MELO SILVA (ADVOGADO) AMANDA CORREA FERNANDES (ADVOGADO) FLAVIO ROBERTO SILVA (ADVOGADO) GABRIEL MASSOTE PEREIRA (ADVOGADO) RAFAEL TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) RODRIGO RIBEIRO PEREIRA (ADVOGADO)
IVETE CRISTINA ESTEVES FERNANDES (REPRESENTADO)	
WILLIAN ESTEVES EVANGELISTA (REPRESENTADO)	
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61034 838	01/12/2020 16:47	Parecer da Procuradoria	Parecer da Procuradoria



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA-GERAL ELEITORAL

Manifestação nº 4746/20-GABVPGE

Processo: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL nº 0601782-57.2018.6.00.0000 – BRASÍLIA/DF**

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO (PDT/AVANTE)

REPRESENTADO: JAIR MESSIAS BOLSONARO

REPRESENTADO: ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

REPRESENTADO: LUCIANO HANG

REPRESENTADA: FLAVIA ALVES

REPRESENTADO: LINDOLFO ANTONIO ALVES NETO

REPRESENTADO: ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES

REPRESENTADA: JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS

REPRESENTADA: IVETE CRISTINA ESTEVES FERNANDES

REPRESENTADO: WILLIAN ESTEVES EVANGELISTA

Relator: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. PLURALIDADE DE DEMANDAS COM IDENTIDADE DE FATO. ART. 96-B DA LEI Nº 9.504/97. CONEXÃO. REUNIÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO CONJUNTA. REABERTURA DE INSTRUÇÃO DAS AÇÕES COM FASE PROBATÓRIA ENCERRADA. FIXAÇÃO DA AIJE Nº 0601771-20 COMO PROCESSO PRINCIPAL POR FORÇA DA DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM DATA MAIS REMOTA. CONCENTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO NO PROCESSO PRINCIPAL. PEDIDO DE QUEBRA DE



SIGILO BANCÁRIO E FISCAL. SURGIMENTO DE FATO SUPERVENIENTE RELEVANTE EM HARMONIA COM A DESCRIÇÃO NARRADA NA REPRESENTAÇÃO INICIAL. POSSIBILIDADE DE REANÁLISE DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO. BUSCA DA VERDADE PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. MÉRITO. ANÁLISE EXCLUSIVAMENTE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONTIDOS NA PRESENTE AIJE. INEXISTÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DO ILÍCITO. NÃO COMPROVAÇÃO DA GRAVIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS. ABUSO NÃO CONFIGURADO. INAPLICAÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO OU TEMERÁRIO DOS REPRESENTANTES.

Egrégio Tribunal Superior Eleitoral,

Trata-se de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação proposta pela Coligação “Brasil Soberano” (PDT/AVANTE) em face de **Jair Messias Bolsonaro** e **Antônio Amilton Martins Mourão** – respectivamente, candidatos eleitos a Presidente e Vice-Presidente da República nas eleições de 2018 –, Coligação “**Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos**” (PSL/PRTB), **Luciano Hang**, **Peterson Rosa Querino**, **Georgia Fagnoli Martins Nunes** e **Leandro Nunes Silva Querino** – os três últimos sócios da empresa de mídia digital *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda. –, **Flávia Alves** e **Lindolfo Antonio Alves Neto** – sócios da empresa *Yacows* Desenvolvimento de *Software* Ltda. –, **Antonio Pedro Jardim de Freitas Borges** e **Janaina de Souza Mendes Freitas** – sócios da *Croc Services* Soluções de Informática Ltda. –, **Ivete Cristina Esteves Fernandes** e **Willian Esteves Evangelista** – sócio da *SMS Market* Soluções Inteligentes Ltda. –, **Brian Patrick Henessy** e **Whatsapp** (**Facebook Serviços Oline do Brasil Ltda.**).

A parte autora, em síntese, relata que:

RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15

2/36

Documento assinado via Token digitalmente por RENATO BRILL DE GOES, em 01/12/2020 16:24. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65577647.00376EBB.E623C500.4BBE0300



a) em 18 de outubro de 2018, o veículo de comunicação Folha de São Paulo publicou reportagem de autoria da jornalista Patrícia Campos Mello, em que informa que empresas estariam *“comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no Whatsapp e preparam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno”*;

b) cada contrato chegaria ao valor de 12 (milhões), tendo por objeto a propagação de ofensas e informações falsas contra o Partido dos Trabalhadores, o que seria capaz de afetar o resultado das eleições;

c) entre os contratantes do serviço em questão estaria a Havan Lojas de Departamentos Ltda.;

d) na data de 19 de outubro de 2018, o veículo informativo Portal G1 noticiou que o serviço de aplicativo *WhatsApp* teria banido contas vinculadas a empresas acusadas de enviar mensagens em massa no contexto das campanhas eleitorais, entre elas a *Quick Mobile, Yacows, Croc Services e SMS Market*, anteriormente citadas na reportagem da Folha de São Paulo;

e) tal contexto fático configura a prática de doação eleitoral por pessoa jurídica; utilização indevida de comunicação digital (perfis falsos) para propaganda eleitoral; compra irregular de usuários, e abuso de poder econômico;

f) a ausência de indicação dos gastos relativos a esses serviços, na prestação de contas dos candidatos Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão, corroboraria a sua origem ilícita;

g) o ilícito ostentaria inegável gravidade, *“pois atenta frontalmente os elementos basilares da democracia ao influenciar, em situação de evidente abuso do poder econômico e dos meios de comunicação digital, o resultado do pleito eleitoral”*.

A partir de tal narrativa, a Coligação requereu:



a) liminarmente, *i*) a intimação dos demandados, impondo-lhes a obrigação de não praticar nenhum ato de divulgação de mensagens relativas ao pleito de 2018 por meio do aplicativo *WhatsApp* ou outra rede social; *ii*) que as pessoas jurídicas envolvidas apresentem relatório fiscal e documentos contábeis, de modo a demonstrar as relações contratuais estabelecidas nos últimos 12 (doze) meses; *iii*) com fundamento no art. 22, VII, da LC nº 64/90, a quebra dos sigilos bancário, telefônico e telemático das pessoas jurídicas prestadoras dos serviços de comunicação em massa; *iv*) a intimação da pessoa jurídica administradora do aplicativo *WhatsApp*, para que disponibilize os registros de acesso realizados pelas agências de publicidade representadas e dos próprios réus titulares das pessoas jurídicas, relativos aos últimos 12 (doze) meses, bem como demais dados que possam auxiliar para a investigação;

b) a oitiva dos representados;

c) seja determinada a juntada de cópia integral das prestações de contas dos candidatos representados;

d) no mérito, a declaração da inelegibilidade dos representados, a cassação dos registros ou diplomas, bem como a anulação das eleições.

Em 21 de outubro de 2019, o então Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral proferiu decisão (ID 554963) de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI e § 6º, do CPC, em relação à **Coligação** ré e ao **WhatsApp** (Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.), sob o fundamento da inaplicabilidade das sanções legalmente previstas em desfavor de pessoas jurídicas.

Na mesma decisão, foram indeferidos os pedidos em caráter liminar, em razão da ausência dos seus pressupostos legais, em especial porque a inicial estaria fundamentada apenas em matérias jornalísticas.

Notificados, os réus **Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Mourão** apresentaram defesa (ID 772938), suscitando, preliminarmente, a litispendência com a AIJE nº 0601779-05.2018.6.00.0000, a incompetência da Justiça Eleitoral – que estaria sendo indevidamente utilizada com o objetivo de obter



dados empresariais sigilosos –, a ilegitimidade passiva – por ausência de nexo causal – e a inépcia da inicial – em razão da ausência de lastro probatório mínimo.

No mérito, sustentaram a ausência de provas dos fatos, enfatizando a precariedade das notícias jornalísticas que ensejaram o ajuizamento da ação.

Por seu turno, **Luciano Hang** (ID 2516288 e 1146938) aduziu questão preliminar de litispendência, sustentando, no mérito, que a inicial seria embasada exclusivamente em notícias jornalísticas, negando os fatos narrados pela parte representante, razão pela qual postulou o indeferimento sumário do pedido.

Antônio Pedro Jardim de Freitas Borges e Janaína de Souza Mendes Freitas, em sede de defesa (ID 1709238), sustentaram, em preliminar, ilegitimidade passiva e inépcia da inicial, ressaltando que foram indevidamente acionados por serem meros sócios das pessoas jurídicas indicadas pela parte representante, não possuindo nenhuma relação com os supostos fatos.

Na oportunidade, registraram que a sociedade *Croc Services Soluções de Informática Ltda.* apenas foi citada ao final da matéria jornalística da Folha de São Paulo em razão dos serviços prestados para a campanha de Romeu Zema (Partido Novo), à época candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais. Negaram, portanto, a prestação de serviços em benefício da candidatura dos representados.

Flávia Alves (ID 2514138) sustentou questões preliminares de perda de objeto, em razão do encerramento do processo eleitoral, incompetência da Justiça Eleitoral e ilegitimidade passiva, por não ter praticado nenhuma conduta narrada na petição inicial.

No mérito, defendeu a improcedência do pedido, ressaltando a inaplicabilidade das normas relativas à propaganda eleitoral no âmbito das comunicações privadas entre usuários de mensagens eletrônicas. Asseverou, ademais, que a sociedade empresária *Yacows* estaria paralisada, não tendo celebrado nenhum contrato com os demais representados.

Em decisão de 04 de dezembro de 2018 (ID 2767988), determinou-se a exclusão de **Brian Patrick Hennessy** do polo passivo do feito, em razão da sua condição de cidadão estrangeiro.



Lindolfo Antônio Alves Neto (ID 2877538) também sustentou as já mencionadas questões preliminares de perda superveniente do objeto, de ilegitimidade passiva e de incompetência da Justiça Eleitoral. Quanto ao mérito, negou os fatos articulados na inicial.

Georgia Fagnoli Martins Nunes (ID 3319438) defendeu a sua ilegitimidade passiva, tendo em vista que se retirara do quadro societário da *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda. em 19 de abril de 2018, antes dos supostos fatos ilícitos.

No mérito, sustentou a ausência de elementos a corroborar as alegações da parte autora, negando os fatos narrados na petição inicial.

Em decisão de 13 de março de 2019 (ID 6320338), a petição inicial foi indeferida em relação ao representado **Peterson Rosa Querino**, em razão das tentativas frustradas de sua localização nos endereços fornecidos pela parte autora.

Ato contínuo, em decisão saneadora proferida em 07 de agosto de 2019 (ID 14450338), foram rejeitadas as preliminares de inépcia da inicial, perda superveniente do objeto, incompetência, litispendência e conexão.

Por seu turno, foi reconhecida a ilegitimidade passiva dos investigados **Georgia Fagnoli Martins Nunes Querino e Leandro Nunes Silva**, em razão do fato de serem meros ex-sócios da *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda.

Indeferidos os demais pleitos cautelares e de produção de provas – em razão do seu não cabimento e da inutilidade das medidas –, foi declarado saneado o feito e designada **audiência de instrução**, ocasião em que inquirida a testemunha Rebeca Félix, com a desistência das demais.

Em 27 de agosto de 2019, negado seguimento ao agravo interno contra decisão que indeferiu o pedido de depoimento pessoal dos investigados (ID 15686888).

Apresentadas **alegações finais** (ID 16530288, 16543038, 16563438, 16582038, 16582688, 16604988) – com exceção de Ivete Cristina Esteves Fernandes e Willian Esteves Evangelista.



A Procuradoria-Geral Eleitoral, em 23 de setembro de 2019, exarou parecer pela rejeição das preliminares e, no mérito, pela improcedência.

No entanto, em 10 de outubro de 2019 (ID 17456438), o então Ministro Relator reabriu, de ofício, a instrução determinando a expedição de ofício à determinadas operadoras de telefonia para informarem as linhas telefônicas de titularidade das empresas Quick Mobile, Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., Croc Services Soluções de Informática Ltda., SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda. e respectivos sócios, no período compreendido entre 14.08.2018 e 28.10.2018.

Na sequência, a Secretaria da Corregedoria-Geral prestou esclarecimento sobre o cumprimento das diligências e as informações prestadas pelas operadoras de telefonia (ID 17489938; ID 17961388; ID 18340138; ID 18749288).

Requisitadas informações à empresa WhatsApp INC. sobre a existência de automação ou envio massivo de mensagens pelas empresas demandadas no período de 14 de agosto a 28 de outubro de 2018 (ID 18842238), com a respectiva resposta (ID 19425288).

As partes foram intimadas para se manifestar sobre as informações e documentos apresentados pela WhatsApp INC (ID 20013538), com peticionamento por Lindolfo Antônio Alves Neto e Flávia Alves (ID 20129388), Antônio Pedro Jardim de Freitas Borges e Janaina de Souza Mendes Freitas (ID 20298038), Luciano Hang (ID 20298338), Jair Messias Bolsonaro (ID 20303088), Antônio Hamilton Martins Mourão (ID 20306788) e também da autora Coligação Brasil Soberano (ID 20273688) – a qual ressaltou a incompletude das respostas por parte da WhatsApp, postulando, então, que o aplicativo de mensagens *esclarecesse determinados pontos omissos, tendo, para tanto, elencado um rol de quesitos.*

Na certidão de 01º de julho de 2020 (ID 35475988), consignou-se a existência de Ofício do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, em resposta à despachos proferidos nas ações conexas de nº 0601968-80.2018.6.00.0000 e nº 0601771-28.2018.6.00.0000, nos quais determinou-se a juntada a este feito em razão de identidade de pedido e causa de pedir.



Nova petição de Lindolfo Antônio Alves Neto e Flávia Alves (ID 38643638), tendo ocorrido a redistribuição do feito em razão do término do biênio do Ministro Og Fernandes.

Em 04 de novembro de 2020, foi proferida decisão monocrática do Ministro Relator Luís Felipe Salomão: **i)** indeferindo o pedido formulado pela coligação autora em relação à complementação de informações pelo WhatsApp INC (ID 48251238), ao fundamento de que os esclarecimentos foram prestados conforme sua capacidade técnica e possibilidade operacional; **ii)** encerrando a instrução processual para determinar a abertura de vista às partes para novas alegações.

A coligação representante (ID 50762138), Antônio Hamilton Martins Mourão (ID 50660638), Luciano Hang (ID 50559138), Antônio Pedro Jardim de Freitas Borges e Janaina de Souza Mendes Freitas (ID 51710238), Jair Messias Bolsonaro (ID 51710888) ofereceram alegações finais.

Os demais investigados quedaram-se silentes.

Os autos vieram à Procuradoria-Geral Eleitoral para manifestação, consoante o disposto no art. 22, XIII, da LC nº 64/1990.

É o relatório.

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

No caso em tela, tratam-se de **quatro ações de investigação judicial eleitoral**, em andamento nesse Tribunal Superior, que apontam a ocorrência de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social por força da contratação de empresas para disparos em massa de conteúdo eleitoral, através do aplicativo Whatsapp, para fins de beneficiar a candidatura dos representados Jair Messias Bolsonaro e Antonio Hamilton Martins Mourão, causando desequilíbrio na disputa eleitoral.



A tramitação concomitante de várias ações apontando, em tese, a existência de abuso de poder (sentido *lato*) em benefício da chapa de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, pela evidente identidade de fatos, merece uma análise contextualizada, uniforme e convergente em relação à matéria de fundo.

Com efeito, tendo por premissa a opção quase centenária por um modelo de controle jurisdicional das eleições, parece certo afirmar que a Justiça Eleitoral não pode se furtar em cumprir rigorosamente o papel de afiançador da regularidade da disputa eleitoral.

Vale dizer, é irrecusável a tarefa de controle da integridade da competição eleitoral a ser realizada pela Justiça Eleitoral, motivo pelo qual a instrução dos fatos narrados nas aludidas ações deve ser a mais ampla possível, possibilitando, enfim, que a resposta jurisdicional seja compatível com a missão histórica que é reservada a essa justiça especializada.

Eis um resumo das ações que tramitam perante esse c. TSE:

PROCESSO	AIJE 1782-57	AIJE 1779-05	AIJE 1771-28	AIJE 1968-80
		PDT		
Representante	Coligação Brasil Soberano (PDT - Avante)	Coligação Brasil Soberano (PDT-Avante)	Coligação “O Povo Feliz de Novo”	Coligação “O Povo Feliz de Novo”
	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro
	Hamilton Mourão	Hamilton Mourão	Hamilton Mourão	Hamilton Mourão
	Luciano Hang	Coligação Brasil Acima de Tudo Deus Acima de Todos	Luciano Hang	Flavia Alves
	Peterson Rosa Querino	Luciano Hang	Peterson Rosa Querino	Lindolfo Ant3nio Alves Neto
	Georgia Querino		Georgia Querino	Marcos Aur3lio Carvalho
Representados	Leandro Nunes Silva		Leandro Nunes Silva	
	Fl3via Alves		Fl3via Alves	
	Lindolfo Alves Neto		Lindolfo Alves Neto	
	Antonio Pedro Freitas Borges		Antonio Pedro Freitas Borges	
	Jana3na de Souza Freitas		Jana3na de Souza Freitas	
	Ivete Cristina Fernandes		Ivete Cristina Fernandes	
	RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15			9/36

Documento assinado via Token digitalmente por RENATO BRILL DE GOES, em 01/12/2020 16:24. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65577647.00376EBB.E623C500.4BBE0300



Ministério Público Eleitoral
Procuradoria-Geral Eleitoral

	Wiliam Esteves Evangelista Brian Patrick Henessy	Wiliam Esteves Evangelista Brian Patrick Henessy		
	Contratação por pessoas jurídicas (inclusive a <i>Havan</i>) de empresas de tecnologia (<i>Quick Mobile, Yacows, Croc Services e SMSMarket</i>) para realização de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp	Contratação de empresas de tecnologia responsáveis pela disparo em massa , via WhatsApp , de mensagens contra o PT e a Coligação “O Povo Feliz de Novo”	Contratação por pessoas jurídicas (inclusive a <i>Havan</i>) de empresas de tecnologia (<i>Quick Mobile, Yacows, Croc Services e SMSMarket</i>) responsáveis pela disparo em massa , via WhatsApp , de mensagens contra o PT e a Coligação “O Povo Feliz de Novo”	Contratação de empresas de tecnologia (<i>Yacows, Kiplix e AM 4 Informática</i>) para serviço de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral, pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp
Fato	Cada contrato pode chegar ao valor de R\$ 12 milhões	Existência de uma “estrutura piramidal de comunicação” para disseminar desinformação, seja por grupos originários da campanha dos representados ou, mesmo, grupos derivados de Whatsapp	Suposto uso de robôs para disparo em massa	Uso fraudulento de nome e CPF de idosos para registrar chips de celular e garantir disparos em massa
	Reportagem Folha de SP 18.10.2018	Reportagem Folha de SP 18.10.2018	Reportagem Folha de SP 18.10.2018	Reportagem Folha de SP 02.12.2018
Ajuizamento	20.10.2018	19.10.2018	18.10.2018	09.12.2018
Data do primeiro despacho	21.10.2018	21.10.2018	<u>19.10.2018</u>	12.12.2018
Andamento processual	Encerrada a instrução em 04 de novembro de 2020	Encerrada a instrução em 10.09.2019	Encerrada a instrução em 07.08.2019	Encerrada a instrução em 26.09.2019
	Alegações finais	Alegações finais Parecer da PGE (30.09.2019)	Alegações finais Parecer da PGE (24.09.2019)	Alegações finais
			Determinada a reabertura da instrução em 10 de outubro de 2019	Determinada a reabertura da instrução em 15 de outubro de 2019
Ultimas movimentações	Vista PGE para parecer	Ideferimento de pedido de expedição de ofício à PF	Deferimento do pedido de consulta ao STF para verificar sobre o	Deferimento do pedido de consulta ao STF para verificar sobre o
	RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15			10/36

Documento assinado via Token digitalmente por RENATO BRILL DE GOES, em 01/12/2020 16:24. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65577647.00376EBB.E623C500.4BBE0300



em 10.10.2019	compartilhamento das diligências no IP 4781/DF (12.06.2020)	compartilhamento das diligências no IP 4781/DF (12.06.2020)
	Determinação de se aguardar o fim das perícias e recebimento de novas informações no STF (01.07.2020)	Determinação de se aguardar o fim das perícias e recebimento de novas informações no STF (01.07.2020)
	Manifestação da PGE pelo indeferimento do compartilhamento de “ <i>toda a documentação inerente à investigação interna conduzida pelo Facebook e diligências realizadas pelos órgãos investigativos</i> ” no IP em tramitação no STF (25.08.2020)	Manifestação da PGE pelo indeferimento do compartilhamento de “ <i>toda a documentação inerente à investigação interna conduzida pelo Facebook e diligências realizadas pelos órgãos investigativos</i> ” no IP em tramitação no STF (25.08.2020)
Redistribuição em 23.09.2020	Redistribuição em 23.09.2020	Redistribuição em 23.09.2020

Do exposto, é dado concluir que duas reportagens do jornal de Folha de São Paulo, realizadas respectivamente em 18 de outubro e 02 de dezembro de 2018, serviram de *suporte inicial* para o desencadeamento das quatro ações de investigação judicial que tramitam nessa Corte Superior.

Com o objetivo de facilitar a compreensão sobre a análise dos temas de fato e de direito controvertidos nesta ação específica, será realizada uma abordagem em separado de tópicos reputados mais relevantes, a fim de evidenciar a relação de prejudicialidade do não acolhimento de alguns deles em relação à matéria de fundo.

DA CONEXÃO E DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

O **fato essencial** narrado nessas representações é basicamente o mesmo: a contratação de empresas de tecnologia - *Quick Mobile, Yacows, Croc Services, SMSMarket, Yacows, Kiplix e AM 4 Informática* - para serviços de **disparos**



em massa de mensagens de cunho eleitoral, pelo aplicativo de mensagens instantâneas **WhatsApp**, destacando-se que o valor de cada um desses contratos poderia chegar ao valor de R\$ 12 milhões.

Pontua-se, outrossim, que esse fato essencial recebe algumas molduras complementares com certas especificidades em diferentes ações.

Assim, por exemplo, na AIJE nº 0601968-80, o **uso fraudulento de nome e CPF** de idosos para registrar chips de celular e garantir disparos em massa, um suposto **uso de robôs para disparo em massa** e o fato de algumas das **agências contratadas serem subcontratada pela AM4**, que é a maior **fornecedora da campanha dos candidatos representados**, enquanto a **existência de uma “estrutura piramidal de comunicação” para disseminar desinformação, seja por grupos originários da campanha dos representados ou, mesmo, grupos derivados de Whatsapp é narrada na representação** inaugural da AIJE nº 0601771-28.

Assinala-se, por oportuno, que essas duas últimas AIJEs referidas ainda se encontram com a instrução em andamento!

A identidade entre essas demandas, pois, é fato incontroverso e reconhecido pelos sucessivos Ministros Relatores que conduzem as respectivas instruções das aludidas representações.

Com efeito, o teor da certidão ID 35475988 - elaborada “*em cumprimento aos despachos exarados em 1º.7.2020, pelo Exmo. Sr. Ministro Og Fernandes, Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, nos autos das Ações de Investigação Judicial Eleitoral nºs. 0601968-80 (ID 35433738) e 0601771-28 (ID 35433738)*” – *noticia a juntada, nestes autos, dos aludidos despachos proferidos em AIJEs originárias com nítida identidade de fatos.*

Confira-se o teor desses despachos, ambos proferidos pelo Ministro Og Fernandes:

DESPACHO DA AIJE 0601968-80 (ID 35476138)
Junte-se aos autos o Ofício do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, datado de 26.6.2020.



Em observância ao teor do documento, aguarde-se o fim das perícias referidas por S. Exa. e o recebimento de novas informações.

Junte-se o presente despacho aos autos das Ações de Investigação Judicial Eleitoral nos 0601779-05.2018.6.00.0000 e 0601782-57.2018.6.00.0000, em razão da identidade de pedido e causa de pedir.

Ministro Og Fernandes
Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral

DESPACHO DA AIJE 0601771-28 (ID 35476288)

Junte-se aos autos o Ofício do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, datado de 26.6.2020.

Em observância ao teor do documento, aguarde-se o fim das perícias referidas por Sua Excelência e o recebimento de novas informações.

Junte-se o presente despacho aos autos das Ações de Investigação Judicial Eleitoral nºs 0601779-05.2018.6.00.0000 e 0601782-57.2018.6.00.0000, em razão da identidade de pedido e causa de pedir.

Ministro Og Fernandes
Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral

No mesmo sentido, aliás, é o excerto do despacho proferido nestes autos pelo eminente Ministro Relator Luís Felipe Salomão no recente 27 de novembro de 2020 (ID 57097888):

Nos despachos proferidos em 1º.7.2020 nas ações conexas de nº 0601968-80.2018.6.00.0000 (ID 35433738) e nº 0601771-28.2018.6.00.0000 (ID 35433738), determinou-se a juntada a este feito, **em razão de identidade de pedido e causa de pedir**, de Ofício do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, datado de 26.6.2020, e, em observância ao teor do documento, o aguardo do fim das perícias referidas por S. Exa. e o recebimento de novas informações.

Até mesmo o representado Jair Bolsonaro, na sua última manifestação nestes autos, em 09 de novembro de 2020 (ID 51710888), conclui da seguinte forma

[...] Requer, por fim, **a reunião dos autos 0601771-28, 06001779-05, 06001968-80 e 06001782-57 para julgamento conjunto, vez que tratam do mesmo conteúdo**, o que ofereceria celeridade e simplificaria o debate desenvolvido nesta Colenda Corte, com base no artigo 96-B da Lei nº 9504/97 [...]

Em resumo, existe um consenso sobre a identidade de fatos que



tratam as quatro ações de investigação judicial eleitoral ora em tramitação perante esse TSE.

Duas dessas ações (nº 0601968-80 e 0601771-28), como já referido, encontram-se com a **instrução processual em andamento**, aguardando, nos termos do despacho de compartilhamento deferido pelo Ministro Og Fernandes, o desfecho das perícias e das informações do Inquérito Policial nº 4.781/DF para fins de verificação da pertinência entre as provas deste caderno investigatório penal e as referidas AIJEs.

Por outro lado, a AIJE nº 0601779-05 teve sua instrução encerrada em 10 de setembro de 2019, com indeferimento de expedição de ofício à Polícia Federal em 10 de outubro de 2019 e redistribuição ao atual Ministro Relator em 23 de setembro do corrente.

Ainda, a presente ação (nº 0601782-57) teve sua instrução encerrada em 04 de novembro do corrente e, agora, veio com vista para a manifestação dessa Procuradoria-Geral Eleitoral.

Esse é um breve resumo do atual quadro processual.

Fixado um rápido panorama do estágio de andamento dos processos, torna-se relevante consignar que a **matéria em debate** é a suposta ocorrência de **abuso de poder** – expressão empregada aqui numa concepção ampla.

A figura jurídica do abuso de poder – em quaisquer de suas vertentes – é definida, na tipologia dos ilícitos eleitorais, como um tipo eleitoral aberto, cuja definição do ilícito é fixada pela previsão de um *nomen iuris* (v.g., uso indevido dos meios de comunicação social).

É dizer, essa espécie de ilícito eleitoral somente ganha “*uma densificação quando os fatos narrados na petição inicial, pelas circunstâncias do caso concreto, possam ser amoldados ao conceito jurídico indeterminado retratado*”



*pelo nome iuris descrito pelo ordenamento jurídico*¹

Tratando-se de uma ação de investigação judicial eleitoral cuja causa de pedir é o abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação, torna-se necessário demonstrar que os fatos apresentam gravidade em suas circunstâncias (art. 22, XVI, da LC nº 64/90²), de modo a conspurcar a legitimidade e normalidade da competição eleitoral (art. 14, §9º, da CFRB³) – que é o bem jurídico tutelado.

Dizendo por outras palavras, essa hipótese de ilícito eleitoral só pode ser corretamente dimensionada *“a partir de uma análise comparativa e relacional, uma vez que o seu resultado típico, qual seja a modulação irregular da orientação eleitoral, é menos previsível, menos intuitivo e, como consequência, menos preciso*⁴.

Consideradas essas premissas, é lícito concluir que, nas hipóteses em que diversas ações eleitorais tramitam em paralelo para discutir a exata conformação do abuso de poder, toda a lógica normativa-jurídica indica a necessidade de tramitação e, por consectário, desfecho conjunto.

E essa foi a opção legislativa da Lei nº 13.165/2015 que, com o art. 96-B da Lei nº 9.504/97, introduziu uma regra de conexão na legislação eleitoral.

Art. 96-B. Serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira. [\(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015\)](#)

§ 1º O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político não impede ação do Ministério Público no mesmo sentido. [\(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015\)](#)

- 1 ZILIO, Rodrigo López. **Decisão de cassação de mandato: um método de estruturação (os critérios de conformação democrática)**. Salvador: Editora Juspodivm, 2020, p. 205.
- 2 Art. 22 [...] XVI – para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam [...]
- 3 Art. 14 [...] § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994\)](#)
- 4 ALVIM, Frederico Franco. **Abuso de poder nas competições eleitorais**. Curitiba: Editora Juruá, 2019, p. 368.
RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15 15/36



§ 2º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão ainda não transitou em julgado, será ela apensada ao processo anterior na instância em que ele se encontrar, figurando a parte como litisconsorte no feito principal. [\(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015\)](#)

§ 3º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão já tenha transitado em julgado, não será ela conhecida pelo juiz, ressalvada a apresentação de outras ou novas provas. [\(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015\)](#)

No ponto, é inequívoco que as referidas ações de investigação judicial eleitoral – porque propostas por partes diversas e sobre o mesmo fato – devem receber uma solução jurídica uniforme e coerente, **o que exige a aplicação da regra prevista no art. 96-B da Lei nº 9.504/97.**

Inobstante a ressalva de que “*tal reunião não é obrigatória*”⁵, é certo afiançar, na esteira da firme dicção desse e. TSE, que a reunião de processos ajuizados por partes diferentes e que guardem pertinência com o mesmo fato é medida que se coaduna com os melhores interesses de uma adequada prestação jurisdicional. Nesse sentido:

[...] A reunião para julgamento conjunto de processos que, embora versando sobre ações distintas, tenham por escopo os mesmos fatos, nos termos do art. 96-B, caput, da Lei nº 9.504/97, **é medida salutar à escorreita prestação jurisdicional, devendo ser observada quando em trâmite na mesma instância**, cuja inobservância, contudo, não contém aptidão para, de per si, invalidar pronunciamentos judiciais que se revelem harmônicos [...]⁶

[...] CONEXÃO. REUNIÃO DE PROCESSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. NULIDADE. AUSÊNCIA. REJEIÇÃO.

2. Nos termos do art. 96-B da Lei 9.504/97, havendo possibilidade de que demandas conexas tenham decisões conflitantes, **é salutar que sejam agrupadas para julgamento conjunto, providência que pode ser implementada em qualquer fase**, em consonância com a Súmula 235/STJ, *mutatis mutandis*.

⁵Agravo de Instrumento nº 28353 - PARATY – RJ - Acórdão de 23/04/2019 - Relator(a) Min. Luís Roberto Barroso – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 102, Data 31/05/2019, /Página 41/42

⁶Recurso Ordinário nº 218847 - VITÓRIA – ES - Acórdão de 17/04/2018 - Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 18/05/2018



3. A AIJE 1057-17 e a RP 1063-24 possuem causas de pedir convergentes. O magistrado singular, constatando que esta se encontrava com instrução probatória finda, determinou o seu sobrestamento para aguardar que o transcurso do *iter* processual daquela, julgando-as em conjunto. Esse proceder não acarretou prejuízo e nem violou o princípio da não surpresa, pois os agravantes manifestaram-se acerca da oitiva de um dos filhos da Prefeita na AIJE 1057-17 e a referida prova apenas não se efetuou na RP 1063-24 pela falta deste nas duas audiências designadas [...] ⁷

Tendo em consideração essa assertiva e destacada a inaplicabilidade do precedente que indica a necessidade de “*ser adotado o rito mais amplo, de modo a prestigiar a ampla defesa*”⁸, no caso de conexão, porque a hipótese ora em análise trata de uma ação de investigação judicial eleitoral replicada por diversos autores - que possui o **mesmo procedimento do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90** - importa, agora, esclarecer qual dessas ações, afinal, que deve ser considerada para fins de concentrar a instrução probatória.

Nesse cenário, evidenciam-se elementos de economia processual para que não sejam realizadas provas repetidas, o que, aliás, já é reconhecido por outros tribunais superiores:

PROCESSO CIVIL. AÇÕES CONEXAS. PROVA. **Conexas as ações, a instrução pode se concentrar numa delas**; se a prova pericial tende a se desviar da respectiva causa de pedir, o controle da prova desnecessária deve ser feito em concreto, pela impugnação dos quesitos irrelevantes. Agravo regimental não provido⁹

Assim, atendendo-se ao teor do contido no art. 96-B, *caput*, da Lei nº 9.504/97, **devem ser reunidas para julgamento comum** as ações eleitorais por partes diversas sobre o mesmo fato “*sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira*”.

No caso em tela, **o despacho judicial cronologicamente mais remoto**

⁷Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 105717 - PUGMIL – TO - Acórdão de 22/10/2019 - Relator(a) Min. Jorge Mussi – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 240, Data 13/12/2019, Página 41-42

⁸ Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 194358 - BRASÍLIA – DF - Acórdão de 04/04/2017 - Relator(a) Min. Herman Benjamin – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 29/05/2017, Página 92-94

⁹AgRg no Ag 627.895/PR - Rel. Min. Ari Pargendler – 3ª Turma – j. 06.04.2006 - DJ 08.05.2006, p. 199



foi o exarado no dia 19 de outubro de 2018 nos autos da **AIJE nº 0601771-28**¹⁰, cuja instrução, aliás, foi reaberta em 10 de outubro de 2019 e, atualmente, encontra-se aguardando perícias e informações do c. Supremo Tribunal Federal e decisão sobre o pedido da parte representante de compartilhamento de todo o conteúdo do Inquérito nº 4.781/DF.

Em suma, pois, a melhor prestação jurisdicional indica que **todas as ações de investigação judicial eleitoral sejam reunidas para julgamento comum, observando-se, ainda, que a concentração da instrução deve se dar nos autos da AIJE nº 0601771-28 – cuja instrução ainda está em andamento -, porquanto o despacho judicial ocorreu em data mais remota.**

Não se despreza que, em ocasião anterior, essa Procuradoria-Geral Eleitoral e, mesmo, o então Ministro Relator acenaram pela não aplicação da regra de conexão do art. 96-B da Lei nº 9.504/97; contudo, *deve-se contextualizar o momento em que aquelas manifestações foram produzidas*, sobretudo por força do atual estágio de andamento processual e conteúdo probatório desses processos que, inegavelmente, recomendam uma revisitação da aludida decisão monocrática.

Com efeito, tendo em vista a dimensão conceitual de conformação da figura jurídica do abuso de poder (em suas múltiplas perspectivas) e a relação de interdependência probatória entre os processos em tramitação com semelhante causa de pedir, é recomendável que todas as quatro ações tenham tramitação conjunta e, por consequência, esses fatos recebam uma mesma e única resposta da Justiça Eleitoral, sendo de todo **inconveniente a realização de julgamentos fragmentados.**

No ponto, muito embora seja incontestável que a duração razoável do processo é um elemento valioso para a prestação jurisdicional - notadamente na esfera eleitoral pela expressa previsão do art. 97-A, *caput*, da Lei nº 9.504/97¹¹ - não

¹⁰Na **AIJE nº 0601782-57**, o despacho inicial ocorreu em 21 de outubro de 2018; na **AIJE nº 0601779-05**, o despacho inicial ocorreu igualmente em 21 de outubro de 2018; na **AIJE nº 0601968-80**, o despacho inicial ocorreu em 12 de dezembro de 2018.

¹¹Art. 97-A. Nos termos do inciso LXXVIII do art. 5^o da Constituição Federal, considera-se duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 (um) ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral. **(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)**



menos certo que, em situações excepcionais, **a tarefa de controle da regularidade das eleições pode exigir sacrifícios no que concerne ao espectro de duração temporal na equação definitiva das controvérsias eleitorais.**

Ademais, não custa rememorar que o desfecho do julgamento da chapa presidencial das eleições de 2014 no TSE somente ocorreu no segundo semestre de 2017 (mais precisamente em 09 de junho de 2017); nesse sentido, tratando-se de eleições de 2018 e tendo a mesma métrica do referido precedente, o julgamento em pauta encontra-se numa linha de adequação temporal se realizado até meados de 2021.

Dito de outro modo, eventual risco de frustração da rápida solução do litígio deve ser compatibilizado não apenas com a complexidade das provas a serem produzidas mas, acima de tudo, com a tarefa de resguardar a integridade do processo eleitoral que, em última análise, é uma forma de reafirmar a ideia de consideração com a higidez do regime democrático representativo e da própria credibilidade do sistema de justiça eleitoral.

Não se trata, como pode ser sugerido, apenas de evitar o risco de decisões conflitantes – o que seria contornado no caso concreto diante da submissão de todos esses feitos a uma mesma instância e relatoria -, mas, sobretudo, de mitigar o nefasto efeito de julgamentos fragmentados que, em última análise, podem embaraçar uma análise global dos graves fatos narrados nas diferentes representações eleitorais.

Vale dizer, conquanto evidentemente jamais tenha sido esse o desiderato de qualquer decisão judicial ou manifestação do próprio órgão fiscalizador no presente feito, é de rigor reafirmar a **inconveniência de se produzir uma desidratação artificial dos fatos sob análise dessa justiça especializada**, ainda mais quando do seu escrutínio decorre a qualidade do justo título de representante máximo do Poder Executivo da República Federativa brasileira.

Conquanto possa ser objetada a inexistência de prejuízo nesse julgamento fracionado dos feitos, por força do aproveitamento de prova nas duas



ações de investigação ainda com instrução em curso, deve-se redarguir que **todos os litigantes merecem igual tratamento e consideração** quando controvertem em juízo – o que importa em reconhecer a **inconsistência de encerramento da prestação jurisdicional assimétricos para idênticas demandas judiciais**.

Ademais, não custa rememorar que esse mesmo debate foi travado à exaustão por essa Corte Superior na análise do denominado caso “Dilma-Temer”, havendo certa resistência em admitir a dilação probatória daquele feito, notadamente quando se resolveu reverter a decisão inicial de arquivamento daquela ação cassatória, tendo, contudo, prevalecido a percepção sufragada pelo Ministro Gilmar Mendes – cujos excertos merecem reprodução:

[...] "Ah! Mas a tramitação será longa, será traumática! Não nos cabe fazer esse tipo de consideração". "Ah! Não vai resultar na cassação".

Pouco importa! Mas terá efeito didático, porque a nós mesmos este debate está ensinando, ensinando a Justiça Eleitoral a conhecer essa realidade [...]

Tudo isso seria interessante de se saber na investigação, para que esses fatos não mais se repitam, para que não tenhamos a sensação de ser "São Jorge no prostíbulo" [...]¹².

Chama a atenção, *in casu*, que se esse Tribunal Superior já sinalizou a importância de se escrutinar o impacto de graves fatos praticados no financiamento de campanha porque é um ensinamento para a Justiça “*conhecer essa realidade*”, parece forçoso concluir que idêntica conclusão deve ser igualmente considerada quando se trata de fatos que – ainda que narrados sob a ótica do abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação – tangenciam com a figura do abuso de poder digital.

Desse modo, sendo irrefutável que a disseminação de disparos em massa de conteúdo com desinformações foi a intercorrência que marcou o desenrolar da campanha da eleição presidencial de 2018, é tarefa desse Tribunal Superior – considerados os fatos narrados nas aludidas ações em tramitação e observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo

12 AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO N°

7-61.2015.6.00.0000/DF – Rel. para o acórdão Min. Gilmar Mendes – j. 06.10.2015 – DJe 04.12.2015

RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15



legal - esclarecer eventual relação de pertinência ou benefício entre esses fatos e os componentes da chapa demandada, bem como possível vulneração da legitimidade da competição eleitoral.

No caso em tela, repisa-se, o **fato essencial** consiste na contratação de empresas de tecnologia para serviços de **disparos em massa de mensagens** de conteúdo eleitoral, pelo aplicativo de mensagens instantâneas **WhatsApp**, agregando-se, nesse aspecto: **i)** o valor de cada um desses contratos (alegadamente R\$ 12 milhões); **ii)** o **uso fraudulento de nome e CPF** de idosos para garantir disparos em massa; **iii)** o **uso de robôs para disparo em massa**; **iv)** a **subcontratação** de algumas das agências contratadas para o disparo em massa **pela maior fornecedora da campanha dos candidatos representados**; **v)** a existência de uma **“estrutura piramidal de comunicação” para disseminar essa desinformação**.

Nesse cenário, porque duas dessas ações encontram-se com as instruções ainda em andamento (AIJEs nº 0601771-28 e nº 0601968-80) – aguardando informações e documentação produzidas no Inquérito nº 4.781/DF do STF - e existem diferentes pedidos de produção de provas realizados e deferidos nas outras ações que tramitam nessa Corte Superior (v.g., as informações prestadas pelo WhatsApp nesses autos em 20 de novembro de 2019 sobre *“comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa”* em relação a empresas cujos sócios são parte do polo passivo dessas representações), parece inegável concluir que o desfecho da instrução nas duas outras representações (AIJE nº 0601779-05 e a presente ação nº 0601782-57) pode se apresentar, de certo modo, como prematuro.

Deve-se assinalar, por oportuno, que esse e. Tribunal Superior já alertou que

[...] Não obstante a possibilidade de verificação da litispendência nas ações eleitorais de cassação (REspe 3-48, rel. Min. Henrique Neves da Silva, julgado em 12.11.2015), deve-se evitar o encerramento anômalo da ação subsequente quando não estiver evidenciada a perfeita identidade entre a relação jurídica-base discutida em ambas as ações.

5. Conforme recente orientação desta Corte, verificada a conexão ou a continência, ou mesmo quando houver dúvidas acerca da



litispêndência, o julgamento conjunto das ações é suficiente para resguardar os bens jurídicos tutelados por esses institutos - a segurança jurídica e a coerência da função jurisdicional -, técnica processual que foi adotada tanto na origem quanto no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral¹³. [...]

Se é certo que não se trata, aqui, de “*encerramento anômalo da ação*” (e sim da instrução), não menos certo é afirmar que **os vetores da segurança jurídica e coerência da função jurisdicional são igualmente colocados em potencial risco quando é cerceada a possibilidade de instrução e julgamento simultâneo de ações com identidade de fática e pluralidade de partes.**

No mesmo passo, aliás, o julgamento conjunto das ações torna-se substancialmente suficiente para resguardar o bem jurídico tutelado que, *in casu*, é a legitimidade e normalidade das eleições.

Não é demais rememorar, nessa percepção, que esse Tribunal Superior tem admitido a reabertura da instrução processual quando necessária – e, coincidentemente ou não, o caso mais emblemático de precedente dessa natureza ocorreu justamente em ação originária de eleição presidencial e por força de provas que estavam sendo produzidas no Supremo Tribunal Federal¹⁴.

Em conclusão inicial, pois, tendo em vista todas as considerações de fato e de direito até então delineadas, a Procuradoria-Geral Eleitoral entende necessária que essa Corte Superior delibere pelo(a):

- i) reconhecimento da conexão entre as AIJEs nº 0601779-05, nº 0601968-80, nº 0601771- 28 e nº 0601782-57, reunindo-as para julgamento comum na forma do art. 96-B da Lei nº 9.504/97;
- ii) reabertura da instrução nas AIJEs nº 0601779-05 e nº 0601782-57; e a
- iii) fixação da AIJE nº 0601771-28 como o processo principal, tendo em vista que o despacho inicial ocorreu em data mais remota (19 de outubro de 2018), devendo

13 Recurso Especial Eleitoral nº 70948 - SANTA LUZIA – MG - Acórdão de 04/09/2018 - Relator(a) Min. Admar Gonzaga – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 16/10/2018

14 Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 194358 - BRASÍLIA – DF - Acórdão de 04/04/2017 - Relator(a) Min. Herman Benjamin – Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 29/05/2017, Página 92-94



ser concentrada nesse processo toda a instrução probatória.

DAS PRELIMINARES ARGUIDAS PELOS REPRESENTADOS

Assinala-se que os representados apresentaram, ao longo do processo, preliminares de inépcia da petição inicial, perda superveniente do objeto, incompetência da Justiça Eleitoral, litispendência e conexão.

Contudo, todas essas preliminares foram rejeitadas na decisão saneadora proferida em 07 de agosto de 2019 (ID 14450338), motivo pelo qual torna-se desprocedente uma reanálise dessa matéria diante da inexistência de qualquer circunstância superveniente apta a reabrir a discussão sobre esses temas.

DOS PEDIDOS DA COLIGAÇÃO REPRESENTANTE

Estabelecida essa linha de processamento conjunto dos feitos, cumpre, agora, analisar os **pedidos reiterados pela coligação representante na sua última manifestação** (Id. 50762138), quais sejam:

- a) A reunião para julgamento comum das AIJE's nº 0601779-05.2018.6.00.0000; 0601968-80.2018.6.00.0000; e 0601771-28.2018.6.00.0000; nos termos do art. 96-B da Lei nº 9.504/97;
- b) O compartilhamento de todas as provas produzidas nos processos referidos em linhas anteriores;
- c) Diante de todas as evidências, a baixa do feito em diligência para determinar o seguinte:**
 - c.1) Determinar a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Senhor LUCIANO HANG, no período compreendido nestes autos (julho a novembro de 2018) e das referidas empresas, durante o mesmo período: AM4 BRASIL INTELIGENCIA DIGITAL LTDA., QUICK MOBILE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS LTDA., YACOWS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA., CROC SERVICES SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA., e SMSMARKET SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.;
 - d) Em caso de indeferimento dos pedidos descritos em linhas anteriores, reitera-se, em homenagem ao princípio da eventualidade, os termos das alegações finais de ID nº 16582688, com o julgamento pela total procedência desta Ação de Investigação Judicial Eleitoral, nos termos propostos na peça inicial.



O pedido de **reunião para julgamento** em comum dos feitos na forma de **conexão**, como bem visto, encontra-se em convergência com a linha de pensamento da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Consectário lógico da conexão e julgamento comum desses feitos é justamente a análise de mérito conjunta de todas essas ações de investigação judicial eleitoral.

É dizer, a análise do conteúdo probatório produzido em todos esses processos deve ser realizado de modo uniforme e convergente em uma única decisão, englobando todos esses feitos.

Nesse sentido, sequer se revela necessário o deferimento expresso desse pedido vertido pela coligação representante, porquanto é um efeito natural do próprio reconhecimento da conexão.

Aliás, o próprio arcabouço normativo indica essa solução jurídica:

Art. 55 do Código de Processo Civil. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. [...]

Outrossim, destaca-se que o pedido de **compartilhamento de todos os elementos de prova contidos nos Inquéritos nº 4.781/DF e nº 4.828/DF em tramitação no STF** – sobremodo suposta existência de “*estrutura de contas falsas e que compartilhavam conteúdo falso*” na rede social Facebook, mantidas por pessoas que seriam ligadas ao representado Jair Messias Bolsonaro, seus filhos e a deputados federais do PSL – encontra-se pendente de análise por essa Justiça Eleitoral nos autos da AIJE nº 0601771-28 e da AIJE nº 060198-80, já existindo, em ambas, manifestação desfavorável da Procuradoria-Geral Eleitoral, porquanto é fato que não guarda relação de pertinência com a causa de pedir estabelecida na inicial.

A coligação representante requer, ainda, a baixa do feito em diligências para determinar a **quebra de sigilo bancário e fiscal**, no período de julho a novembro de 2018, de Luciano Hang e das empresas AM4 Brasil Inteligência Digital



Ltda., Quick Mobile Desenvolvimento e Serviços Ltda., Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., Croc Services Soluções de Informática Ltda. e SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda.

É certo que pedido como conteúdo idêntico já fora indeferido em ocasião anterior, inclusive com parecer pela rejeição desse pleito pelo Ministério Público Eleitoral.

Nos termos da decisão monocrática anteriormente proferida, o indeferimento teve por base a precariedade de provas e a inexistência de fundamentos idôneos para uma cautelar dessa natureza, pois o conteúdo probatório dos autos era lastreado apenas nas notícias jornalísticas que embasaram a inicial.

Confira-se a decisão proferida em 07 de agosto de 2019 (ID 14450338):

Relativamente às medidas de busca e apreensão e à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático das empresas cujos sócios figuram no polo passivo da demanda, tenho reafirmado, como em outros precedentes, que a medida ostenta caráter excepcional.

[...]

Na hipótese dos autos, afiguram-se desarrazoadas as medidas requeridas, **à vista da fragilidade dos elementos probatórios trazidos pelos autores, representados apenas em matéria jornalística** (reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 18.10.2018). Por outro lado, a aprovação das contas de Jair Bolsonaro (PC 0601225-70.2018.6.00.0000, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, sessão de 4.12.2018), é circunstância indicativa da regularidade bancária e fiscal da campanha, especialmente porque realizadas “diligências de circularização, as respostas apresentadas não indicam omissão de despesas por parte da campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro” – item 4 da ementa do acórdão.

Analisando o atual momento do acervo probatório, porém, visualiza-se a necessidade de revisitação do teor dessa decisão monocrática.

Em primeira análise, observa-se que nem a aprovação das contas do representado Jair Bolsonaro e tampouco a realização de diligências de circularização realizadas naquela esfera servem de justificativa apta para obstar que, no âmbito de uma ação de investigação judicial eleitoral, sejam apuradas



irregularidades no financiamento das campanhas eleitorais ou, ainda, eventual abuso de poder econômico.

Em uma ponta, é notório que o procedimento de prestação de contas é eminentemente declaratório, sem espaço para uma adequada verticalização da cognição sobre a qualidade dos recursos auferidos e aplicados nas campanhas eleitorais.

Em outra ponta, também é remansoso o entendimento desse Tribunal Superior anotando que

Eventual decisão da Corte de origem em processo de prestação de contas não repercute na decisão proferida no âmbito de investigação judicial fundada em abuso de poder e no art. 30-A da Lei das Eleições, pois, por se tratar de processos distintos e autônomos¹⁵.

Deve-se acrescentar que – mesmo na *hipótese argumentativa* de o processo de prestação de contas admitir um aprofundamento de investigação sobre irregularidades no financiamento de campanha –, por evidente que jamais haverá nenhum registro, nesse procedimento específico, de gastos atinentes aos fatos ora narrados, os quais guardam respeito com uma possibilidade, em tese, de pessoas jurídicas realizarem gastos em benefícios de candidaturas.

É que sendo a pessoa jurídica uma figura proscribida da legalidade do financiamento da política desde o julgamento da ADI nº 4.650/DF (j. 17.09.2015 – DJ 04.03.2016), parece evidenciado que nenhum registro de gastos empresariais com finalidade eleitoral serão levados voluntariamente pelos partidos ou candidatos ao conhecimento da Justiça Eleitoral.

De outro lado, ainda, deve-se ponderar que a coligação representante renova sua pretensão de medida cautelar judicial - ainda que de modo mais restrito, limitando-se, agora, ao pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal (não mais incluindo o telefônico, o telemático, bem como buscas e apreensão) – a partir de um fato superveniente: a informação prestada pelo WhatsApp em novembro de 2019.

¹⁵ Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 11991 - BOM JESUS DO AMPARO – MG - Acórdão de 08/02/2011 - Relator(a) Min. Arnaldo Versiani - DJE, Tomo 55, Data 22/03/2011, Página 47-48



Na visão da coligação representante (ID 50762138), a informação do WhastApp INC. sobre a existência de contas registradas pelas empresas demandadas que praticaram “*comportamento anormal durante o mês de outubro de 2018*” constitui fato novo suficiente para amparar a medida de quebra de sigilo bancário e fiscal dos requeridos.

Eis, no que importa, o teor das informações prestadas pelo WhatsApp (Id. 19425238)

[...] 6. Contudo, o WhatsApp conseguiu recuperar informações sobre duas **contas** (+55 14 998558081 e +55 14 30102175) indicadas pelas operadoras de telefonia como **pertencentes à SMSmarket Soluções Inteligentes Ltda. (“SMSMarket”) e Willian Esteves Evangelista. Referidas contas foram banidas em 25 de outubro de 2018, depois que a tecnologia de detecção de spam do WhatsApp identificou comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa.** O WhatsApp atualmente não possui informações que atendam ao objeto da ordem desse Eg. Tribunal relacionadas aos demais números de telefone indicados.

7. Além disso, embora não mencionado na lista de números fornecida pelas operadoras de telefonia, o WhatsApp informa que **uma conta relacionada à Yacows Desenvolvimento de Software Ltda. (“Yacows”) (+55 11 985320336) 2 foi banida em 11 de outubro de 2018 por violar os Termos de Serviço do WhatsApp por suspeita de spam, envio de mensagens em massa ou automatizadas.** Informações sobre referida conta ainda estão disponíveis, porque a conta foi objeto de um caso processado perante a justiça eleitoral no Brasil [...]

É absolutamente relevante o teor da informação prestada pela WhatsApp INC., que noticia a detecção de “*comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa*” por parte das empresas SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda. e Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., bem como da pessoa física de William Esteves Evangelista (sócio da SMS Market) – o que, inclusive, levou ao banimento dessas contas.

É incontroverso que o surgimento dessa relevante informação superveniente – que converge harmonicamente com os fatos narrados na representação inaugural - consiste em **indícios suficientes** para a revisitação da



decisão de indeferimento das medidas cautelares requeridas pela coligação representante.

Para além desses fatos, deve-se agregar, como bem rememorado pelo representante, que o *modus operandi* narrado nas peças portais dessas representações (contratação de empresas para disparo em massa com o objetivo de divulgação de conteúdo eleitoral) guarda notória semelhança com o adotado pelo representado Luciano Hang em relação ao Facebook para impulsionamento de conteúdo, como ficou bem demonstrado em julgamento realizado por esse Tribunal Superior¹⁶.

Ora, se existe decisão condenatória firmada no âmbito da Corte Superior Eleitoral que, embora vinculada à propaganda irregular (e não ao abuso de poder), reconheceu um fato cujo *modus operandi* encontra correspondência com os fatos descritos nas ações de investigação judicial eleitoral, há um bom espaço para superar a assertiva – de “*fragilidade de elementos probatórios...representados apenas em matéria jornalística*” – que embasou a decisão monocrática anteriormente lançadas neste feito.

É importante consignar que o **período da quebra de sigilo bancário e fiscal** é restrito ao momento crítico da campanha eleitoral de 2018, ou seja, entre julho a novembro daquele ano.

Também é digno que nota que aludido pedido de quebra de sigilo envolve apenas as empresas em relação às quais existem fundadas suspeitas de que possam, de fato, ter realizado o malfadado disparo em massa de conteúdo com possível conteúdo de desinformação – prática odiosa que, inclusive, foi objeto de preocupação desse Tribunal Superior para as eleições de 2020, mediante previsão expressa de que aludida conduta deve ser proscrita (art. 28, IV, da Res.-TSE nº 23.610/2019¹⁷).

¹⁶ Representação nº 060096323 - BRASÍLIA – DF - Acórdão de 13/09/2018 - Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão – Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 13/09/2018

¹⁷Art. 28. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas ([Lei nº 9.504/1997, art. 57-B, I a IV](#)): [...];

IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, dentre as quais aplicativos de mensagens instantâneas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

a) candidatos, partidos políticos ou coligações, **desde que não contratem disparo em massa de conteúdo** ([Lei nº 9.504/1997, art. 57-J](#)); ou

b) qualquer pessoa natural, **vedada a contratação** de impulsionamento e **de disparo em massa de conteúdo** ([Lei nº 9.504/1997, art. 57-J](#)). [...]



A jurisprudência desse TSE tem admitido o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal nas ações que objetivam apurar abuso de poder econômico, desde que lastreado em decisão judicial fundamentada:

Recurso em Mandado de Segurança. Sigilo bancário. Quebra. Conduta delituosa. Índícios. Interesse público relevante. Negativa de seguimento.

- **O direito aos sigilos bancário e fiscal não configura direito absoluto, podendo ser ilidido desde que presentes índícios ou provas que justifiquem a medida**, sendo indispensável a fundamentação do ato judicial que a defira¹⁸.

Mandado de segurança. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Decisão. Juízo Eleitoral. Quebra de sigilo bancário.

1. A jurisprudência do TSE tem assentado que, mesmo no âmbito da Justiça Eleitoral e nos feitos que envolvam eventual interesse público, a exigência de quebra de sigilo – fiscal, bancário, telefônico, entre outros - deve ocorrer de forma fundamentada. Precedentes.

2. O Tribunal Regional Eleitoral entendeu **fundamentada e adequada a decisão de quebra de sigilo bancário** - deferida pelo Juízo Eleitoral em sede de ação de investigação judicial eleitoral -, porquanto **averiguados índícios da prática de abuso do poder econômico** na eleição majoritária, a evidenciar a necessidade do acesso à movimentação financeira da agremiação para a apuração de eventual ilícito eleitoral.

3. A regra do art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.504/97, ao estabelecer que a coligação deve funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários, não exclui a possibilidade de ser decretada a quebra de sigilo das contas bancárias mantidas pelas agremiações coligadas.

Recurso ordinário a que se nega provimento¹⁹.

No caso em tela, os **índícios probatórios** contidos nos autos - sobretudo a partir do fato superveniente consubstanciado na informação prestada pelo WhatsApp sobre a detecção de *“comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa”* por parte de parcela dos representados – estão longe de se resumir a meras ilações ou conjecturas e, ao contrário, **reforçam a conformação de elementos com idoneidade suficiente para justificar o deferimento das medidas cautelares** com reserva de jurisdição, postuladas pela parte representante.

18Recurso em Mandado de Segurança nº 440 - RIBEIRA DO AMPARO – BA - Acórdão de 28/06/2006 - Relator(a) Min. Caputo Bastos – Publicação: DJ - Diário de justiça, Volume 1, Data 08/08/2006, Página 113

19Recurso em Mandado de Segurança nº 22172 - TRIUNFO – RS - Acórdão de 13/08/2013 - Relator(a) Min. Henrique Neves Da Silva - Diário de justiça eletrônico, Tomo 172, Data 09/09/2013, Página 46

RLZ – AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000/ B.01.15

29/36

Documento assinado via Token digitalmente por RENATO BRILL DE GOES, em 01/12/2020 16:24. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65577647.00376EBB.E623C500.4BBE0300



No entanto, das empresas elencadas no último pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal pela coligação representante, é inviável o acolhimento em relação à AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda., porquanto o nome dessa empresa não consta do pedido vertido na representação inicial e, assim, trata-se de inovação indevida que não pode ser admitida.

Em conclusão, diante dos elementos probatórios contidos nos autos, verifica-se que a medida cautelar requerida é necessária e adequada para o esclarecimento dos fatos narrados, motivo pelo qual **a Procuradoria-Geral Eleitoral opina pelo acolhimento do pedido contido no item c.1 das alegações finais da Coligação Brasil Soberano, determinando-se a quebra dos sigilos bancários e fiscal, no período de 01º de julho a 30 de novembro de 2018, dos seguintes demandados:** i) Luciano Hang; ii) Quick Mobile Desenvolvimento e Serviços Ltda. (CNPJ n. 17.697.845/0001-80); iii) Yacows Desenvolvimento de Software Ltda. (CNPJ n. 13.394.053/0001-86); iv) Croc Services Soluções de Informática Ltda. (CNPJ n. 11.623.632/0001-28); v) SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda. (CNPJ n. 14.948.864/0001- 64).

Em resumo, esses são os pedidos vertidos pela coligação representante em sua manifestação de mérito.

De outra parte, cumpre destacar que ainda resta **pendente um pedido formulado pela coligação representante** – de oitiva de testemunhas e remessa de documentação - em alegações finais em outra **AIJE (nº 0601779-05; Id. 16600438)** que merece uma parcial reconsideração.

Com efeito, se é inviável a oitiva em juízo dos proprietários das empresas supostamente contratadas para os disparos em massa (até mesmo porque a maior parte deles é demandado nessas representações e, assim, não pode ser obrigado a prestar depoimento pessoal, conforme estabelece o art. 44, §3º, da Res.-TSE nº 23.608/2019²⁰), outra deve ser a conclusão sobre o envio de remessa da documentação requerida.

Trata-se, *in casu*, do pedido de envio de **relatório contábil, relação de clientes, contratos, notas fiscais e todos os documentos** necessários à

20Art. 44 [...] § 3º O representado não poderá ser compelido a prestar depoimento pessoal, mas tem o direito de ser ouvido em juízo caso assim requeira na contestação.



demonstração das relações jurídicas que foram entabuladas no período eleitoral que é direcionado às empresas Havan Lojas de Departamento Ltda., AM4 Brasil Inteligencia Digital Ltda., Quick Mobile Desenvolvimento e Serviços Ltda., Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., Croc Services Soluções de Informática Ltda. e SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda.

Da mesma forma, há um pedido de notificação do jornal “Folha de São Paulo” para que envie as **notas fiscais** que evidenciam os **contratos da campanha** de Jair Bolsonaro com as mencionadas empresas.

Nada obstante esse pedido tenha sido indeferido em 16 de setembro de 2019 pelo então Ministro Relator, porque embasado apenas em matérias jornalísticas (AIJE nº 0601779-05; ID. 16416838), agora – pelos motivos já expostos – existem outros elementos de prova que corroboram substancialmente a necessidade de aprofundar a dilação probatória em relação a esses pontos ainda obscuros.

De qualquer sorte, convém esclarecer que essa última assertiva é lançada pela Procuradoria-Geral Eleitoral com base no princípio da economia processual e na ideia do aproveitamento dessa manifestação a partir da instrução e julgamento conjunto de todos os feitos em andamento.

Eis, em resumo, um breve apanhado do atual andamento dos processos que objetivam verificar sobre possível abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social na campanha da eleição presidencial de 2018.

Num **arremate final**, a reabertura da instrução e a reunião dos processos para julgamento em conjunto é medida absolutamente indispensável para uma melhor compreensão dos fatos controvertidos.

Da mesma sorte, é necessário o acolhimento de medidas cautelares de quebra de sigilo bancário e fiscal e de requisição de documentos pertinentes ao deslinde do tema ora em debate, além de aguardar o resultado final do compartilhamento parcial de provas já obtido junto ao c. STF nos autos do Inquérito nº 4.781/DF.



Sem essas providências, registre-se, haverá uma **limitação de conteúdo probatório com enorme prejuízo ao real esclarecimento dos fatos**, com potencial prejuízo da própria prestação jurisdicional a ser realizada.

Especificamente sobre a presente ação de investigação judicial eleitoral, torna-se importante destacar, o encerramento da instrução e o não aproveitamento das provas aqui produzidas significa, em suma, **suprimir definitivamente do conteúdo probatório a relevante informação prestada pelo WhatsApp INC.** que confirma a existência de *“comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa”* em relação a empresas cujos sócios são parte do polo passivo dessas representações.

DO MÉRITO

Tendo em conta a possibilidade de não acolhimento do inteiro teor das manifestações até então lançadas pela Procuradoria-Geral Eleitoral e analisando exclusivamente a matéria contida nesta ação (o que, reitera-se, não é a solução adequada para a presente controvérsia), a alegação de mérito dos representantes não comporta êxito.

É que sem as provas supervenientes – sejam aquelas compartilhadas pelo c. STF, sejam as porventura produzidas a partir das informações prestadas pelo WhatsApp que identificaram movimentos atípicos de disparo em massa no período crítico da campanha eleitoral – a situação probatória resta sobejamente comprometida.

Vale dizer, se o estágio probatório permanecer estagnado, a equação jurídica mais adequada é a estampada no parecer já exarado pela Procuradoria-Geral Eleitoral em 24 de setembro de 2019 (Id. 16848138).

Com efeito, a **tese articulada pela parte autora consiste na suposta prática de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social, em benefício de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão, candidatos eleitos, respectivamente, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, por força de contratação de diversas empresas para realizar disparos em**



[massa por aplicativo WhatsApp, com conteúdo eleitoral.](#)

No caso em tela, analisando **exclusivamente** o caderno probatório produzido nestes autos, as provas coligidas nos autos são apenas indicativas da possibilidade da prática de ilícito eleitoral que, em tese, pode configurar abuso de poder econômico e mesmo uso indevido dos meios de comunicação social.

Impende repisar que as provas produzidas consistem em **matérias jornalísticas** que informam a divulgação de notícias falsas por meio da internet, muitas delas relacionadas ao período eleitoral - sobretudo a reportagem do jornal Folha de São Paulo do dia 18 de outubro de 2018 (cuja íntegra sequer foi trazida aos autos).

Consta ainda artigo atribuído a jornalistas da Agência Lupa (ID 553898), relatando uma análise sobre o grau de veracidade das imagens que circularam no aplicativo WhatsApp entre 16 de agosto e 07 de outubro de 2018 e, nada obstante seja referido um estudo realizado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal de Minas Gerais, não há nenhum dado técnico relativo à sua utilização e tampouco a indicação da autoria dos supostos ilícitos.

De outra parte, a única **testemunha** ouvida em juízo - Rebeca Félix - foi indicada pela defesa, não tendo a parte autora se desincumbido do ônus de comprovar os fatos constitutivos suficientes à aplicação da legislação sancionadora, como exigido pelo art. 373, I, do Código de Processo Civil e pelo *caput* do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90.

O único material probatório que foi acrescido nos presentes autos após a manifestação anterior de mérito dessa Procuradoria-Geral Eleitoral consiste nas informações prestadas pelo WhatsApp em 20 de novembro de 2019 (Id. 19425238).

Conforme já narrado, o WhatsApp narra - em convergência com a descrição fática contida na inicial - que **"a tecnologia de detecção de spam do WhatsApp identificou comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa"** por parte de contas indicadas pelas operadoras de telefonia como pertencentes à SMSmarket Soluções Inteligentes Ltda. ("SMSMarket") e Willian Esteves Evangelista, circunstância que levou, inclusive, ao banimento dessas



contas em 25 de outubro de 2018.

Também foi informado que uma conta relacionada à Yacows Desenvolvimento de Software Ltda. foi banida em 11 de outubro de 2018 **“por suspeita de spam, envio de mensagens em massa ou automatizadas”**.

Desse documento, pois, pode-se concluir que existe uma prova superveniente que guarda harmonia e coerência com as assertivas lançadas na representação inicial.

Contudo, nada obstante essa relação de pertinência, o caderno probatório ainda se releva sobremodo esqualido para fundamentar o acolhimento da pretensão vertida na inicial.

Com efeito, é certo que o abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social, para justificar a gravosa sanção de cassação do registro ou do diploma e a inelegibilidade, devem ser comprovados por prova robusta e convergente do ilícito perpetrado.

Nesse sentido, é a jurisprudência desse c. TSE:

[...] 5. Em relação ao abuso do poder econômico, mostra-se indispensável e necessária sua demonstração, de sorte a ser aplicável a sanção de inelegibilidade prevista no Direito Eleitoral sancionador, por meio de prova robusta e incontestada, o que não ocorreu neste caso. [...]²¹.

[...] 4. O uso indevido dos meios de comunicação social caracteriza-se por se expor desproporcionalmente um candidato em detrimento dos demais, ocasionando desequilíbrio na disputa. Precedentes. [...]²².

Em síntese, pelo conjunto probatório produzido nos autos, conclui-se pela não comprovação de eventual gravidade dos ilícitos narrados, de modo a macular a legitimidade e a normalidade das eleições, o que afasta o pedido de cassação do diploma.

²¹Recurso Ordinário nº 66392, Acórdão, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 245, Data 19/12/2017, Página 72/73

²²Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 176 - BRAGANÇA PAULISTA - SP - Acórdão de 28/05/2019 - Relator(a) Min. Jorge Mussi - Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 157, Data 15/08/2019, Página 48-49



No mesmo passo, porque inexistem elementos concretos de participação ou anuência dos candidatos representados nos atos abusivos, é inviável a declaração de inelegibilidade postulada.

Outrossim, o pedido de litigância de má-fé postulado pelos requeridos revela-se descabido, porquanto não há, nos autos, qualquer indício de propósito temerário ou procrastinatório da parte autora, conforme exige o artigo 80 do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, a Procuradoria-Geral Eleitoral, inicialmente, se manifesta pelo(a):

i) reconhecimento da **conexão** entre as AIJEs nº 0601779-05, nº 0601968-80, nº 0601771-28, nº 0601782-57, reunindo-as para julgamento comum na forma do art. 96-B da Lei nº 9.504/97;

ii) **reabertura da instrução** nas AIJEs nº 0601779-05 e nº 0601782-57;

iii) fixação da **AIJE nº 0601771-28** como o **processo principal**, tendo em vista que o despacho inicial ocorreu em data mais remota (19 de outubro de 2018), devendo ser concentrada nesse processo toda a instrução probatória;

iv) deferimento da **quebra dos sigilos bancários e fiscal**, no período de 01º de julho a 30 de novembro de 2018, dos seguintes demandados: a) Luciano Hang; b) Quick Mobile Desenvolvimento e Serviços Ltda. (CNPJ n. 17.697.845/0001-80); c) Yacows Desenvolvimento de Software Ltda. (CNPJ n. 13.394.053/0001-86); d) Croc Services Soluções de Informática Ltda. (CNPJ n. 11.623.632/0001-28); e) SMSMarket Soluções Inteligentes Ltda (CNPJ n. 14.948.864/0001- 64);

v) análise do pedido de requisição de documentação formulado pela coligação representante na AIJE nº 0601779-05, indicando-se, desde já, manifestação favorável ao seu acolhimento.



Ministério Público Eleitoral
Procuradoria-Geral Eleitoral

Caso não acolhidos os pedidos anteriormente formulados e tendo em vista a análise probatória exclusivamente contida na presente ação de investigação judicial eleitoral, a Procuradoria-Geral Eleitoral manifesta-se pela **rejeição das preliminares suscitadas** e, no mérito, pela **improcedência dos pedidos** veiculados na inicial, bem como pelo não reconhecimento da litigância de má-fé pelos representantes.

Brasília, 1º de dezembro de 2020.



RENATO BRILL DE GÓES
Vice-Procurador-Geral Eleitoral

